

Políticas elitistas e despesas públicas em educação no Brasil, 1933-2010 *

Thomas H. Kang[†] Isabela Menetrier[‡]

26 de abril de 2023

Resumo

Este trabalho apresenta uma nova base de dados com estimativas de despesas em educação e alguns indicadores de viés elitista nas políticas educacionais no Brasil entre 1933-2010. As estimativas de despesa pública em educação como proporção do PIB (total, educação básica e ensino superior) são semelhantes às apresentadas por Maduro (2007). A novidade do presente trabalho são as séries de estimativas de despesas por ciclo de ensino (EF1, EF2 e EM). A partir destas estimativas, apresenta-se também um indicador de viés elitista: a razão de despesas por estudante no primário (EF1) em relação ao gasto por aluno no ensino superior. Essas razões foram historicamente baixas, mas houve uma elevação abrupta a partir do final da década de 1960. Este aumento se deu mais pela expansão da matrícula no ensino superior do que por uma elevação de gastos por estudante no primário.

Abstract

This paper presents a new dataset with estimates of expenditures on education and some indicators of elite bias in educational policies in Brazil between 1933-2010. Estimates of public expenditures on education as a proportion of GDP (total, basic education and higher education) are similar to those presented by Maduro (2007). The novelty of this study is the series of expenditure estimates by schooling level (primary, lower secondary and upper secondary). Based on these estimates, we also present an indicator of elite bias: the ratio of expenditures per student in primary education (EF1) in relation to expenditures per student in higher education. These ratios were historically low, but there was an abrupt increase from the late 1960s onwards. Rather than a consequence of an increase in spending per primary school student, the elite bias indicator's increase resulted mostly from the expansion of enrollment in higher education.

*Agradeço o apoio de Samuel Pessoa na consecução deste projeto. Flavio Comim e Sérgio Monteiro também contribuíram com comentários sobre a tese que deu origem a este estudo (Kang 2019). Pedro H. G. Souza, Paulo Maduro, Luis Meloni e Edmilson Varejão ajudaram com materiais relacionados a dados. Pedro Zuanazzi e Gabriel Peixoto também contribuíram nas últimas versões. Raphael V. Costa e outros bibliotecários(as) no CIBEC-INEP facilitaram nossa pesquisa. A responsabilidade por quaisquer erros são dos autores. Contato: kang.thomas@gmail.com

[†]Professor Adjunto, Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

[‡]Consultora, World Bank.

Palavras-chave: história econômica da educação, financiamento da educação, despesa em educação, economia política da educação

Keywords: economic history of education, education finance, education spending, political economy of education

Códigos JEL: N36, I22, H52

1 Introdução

O sistema educacional brasileiro sofre de graves problemas, como atestam os resultados de testes internacionais de proficiência de estudantes (OECD 2019). Esses problemas não são recentes: pesquisas históricas têm enfatizado que o atraso educacional brasileiro tem sido persistente ao longo do tempo (Plank 1996, Birdsall et al. 1996, Schwartzman 2004, Barbosa Filho & Pessôa 2009, Wjuniski 2013, Kang 2017, Colistete 2019, Komatsu et al. 2020, Kang 2019, Kang et al. 2021). Apesar de já haver uma significativa literatura a respeito do tema, ainda são necessárias investigações mais profundas acerca das causas e das consequências do atraso educacional brasileiro. O maior obstáculo para a compreensão deste atraso é a falta de dados.

Uma importante tentativa de se organizar uma base de dados educacionais contemplando boa parte do século XX foi a proposta na dissertação de mestrado de Maduro (2007), cujos dados compreendem o período entre 1933 e 2004. No trabalho em questão, o autor apresentou dados de matrícula bruta (discriminando entre rede pública e privada), taxa bruta de matrícula, gasto em educação como proporção do PIB e gasto por estudante na rede pública como proporção do PIB per capita. Kang et al. (2021) revisaram os dados nacionais de matrícula apresentados por Maduro, mas acrescentaram dados de taxas de matrícula bruta por estado e indicadores de retenção do sistema escolar brasileiro entre 1950 e 2010. Os dados mostraram que, embora o Brasil tenha apresentado indicadores de matrícula baixos comparado até mesmo com países vizinhos, a situação era ainda mais grave em termos de retenção – como os estudos vinculados ao Proluxo já tinham também indicado (Fletcher 1985, Klein & Ribeiro 1991, Ribeiro 1991).

Os dados de despesas públicas em educação estimados por Maduro foram utilizados por alguns estudos na literatura (Barbosa Filho & Pessôa 2009, Wjuniski 2013, Kang 2018). Este estudo apresenta duas novidades em relação ao trabalho de Maduro: (i) novas estimativas de despesa em educação e (ii) um indicador de viés elitista nas políticas educacionais no Brasil entre 1933 e 2010.

Quanto à primeira novidade, as estimativas de despesas totais em educação como proporção do PIB não são substancialmente distintas das de Maduro (com exceção do período entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980). No entanto, a nova base traz uma novidade: ela apresenta estimativas de despesa em educação por ciclo de ensino: ensino fundamental I (EF1), ensino fundamental II (EF2), ensino médio (EM) e ensino superior (ES). Por não separar os dados de despesa por ciclo, o estudo de Maduro apresentava uma quebra de continuidade na série de dados em 1971. No ano em questão, aprovou-se uma reforma que juntou o antigo ensino primário de quatro séries (EF1) ao antigo primeiro ciclo do ensino médio (EF2). Dessa forma, as estatísticas passaram a apresentar apenas dados de despesa do novo nível de ensino composto por

oito séries (EF) após 1971. Embora tenhamos adotado hipóteses fortes, acreditamos que esta tentativa de estimar despesas por ciclo é um importante passo inicial para se entender o padrão de gastos na educação brasileira no longo prazo.

Em relação ao ponto (ii), o trabalho analisa indícios de viés elitista (*elite bias*) no padrão de despesas utilizando indicador proposto por [Lindert \(2010\)](#). Apresenta-se uma série de razão de despesas por estudante no primário (EF1) em relação as despesas por estudante no ensino terciário (superior). Essas razões, que foram historicamente altas, começaram a diminuir rapidamente a partir do final da década de 1960. Como mostraremos, esse fenômeno ocorreu primordialmente por expansão do ensino superior e não tanto por elevação de gastos por estudante no primário. Em um período em que cerca de um terço da população era analfabeta, esta decisão parece ter sido resultado de políticas educacionais elitistas.

2 Despesas em educação: fontes e metodologia

Como dito na Introdução, [Maduro \(2007\)](#) foi o único trabalho a estimar uma série histórica anual de despesa com o ensino entre 1933 e 2004. [Maduro \(2007\)](#) realizou um trabalho pioneiro e admirável, mas o autor se baseou principalmente em edições do Anuário Estatístico do Brasil (AEB) para construir a base. A falta de outras fontes de dados facilmente acessíveis levanta duas questões:

1. *Fontes inconsistentes*: Na maior parte dos anos, as edições do AEB apresentam dados de despesa em “ensino e cultura”. Em alguns anos, os dados se referem apenas a “ensino”. Além disso, [Melchior \(1980\)](#) indicou que há inconsistências internas em algumas fontes (o que explicaremos melhor adiante).
2. *Lacunas em longos períodos*: Há diversas lacunas na série. Os exemplos mais evidentes são os dados de despesas em nível estadual e municipal entre 1971 e 1985. No caso dos municípios, [Maduro \(2007\)](#) assumiu que as proporções de gastos em cada nível de ensino nos períodos 1971-74 e 1980-85 foram idênticas a 1986. Em relação ao gasto estadual, o autor manteve a distribuição do gasto em nível estadual em 1984 e aplicou a mesma estrutura às lacunas nos períodos 1971-74 e 1980-83.¹

Neste trabalho, tentamos lidar com a primeira questão, mas o problema permanece em grande medida porque os dados ainda se originam de diferentes fontes. Por outro lado, a nova base de dados apresenta uma melhoria considerável em relação ao preenchimento das lacunas. Como esta seção trata de detalhes metodológicos, leitores mais impacientes podem pular diretamente para a próxima seção.

¹Ver detalhes em [Maduro \(2007\)](#). [Kang \(2018\)](#) também resume os problemas da base de dados.

Existem duas fontes principais de dados sobre gastos com educação no Brasil: (a) Anuário Estatístico do Brasil (AEB) (IBGE 2003) e (b) Finanças do Brasil (FINBRA) (Ministério da Fazenda 1941-). Essas duas fontes compõem a espinha dorsal do nosso conjunto de dados. Outras publicações do Ministério da Educação (MEC) e de outros organismos federais também foram consultadas para preencher as lacunas deixadas pelas duas publicações mencionadas acima.

As principais diferenças entre nossas estimativas e as de [Maduro \(2007\)](#) estão localizadas nas décadas de 1970 e 1980. Neste período, a AEB deixa muitas lacunas nos dados, principalmente em nível estadual e municipal. Como a principal fonte de [Maduro \(2007\)](#) foi o AEB, esse era um problema esperado.² A fim de preencher as lacunas, [Maduro \(2007\)](#) recorreu a interpolações. Também utilizamos interpolações, mas em menor grau porque usamos um número maior de fontes.

No conjunto de dados de [Maduro \(2007\)](#), o exemplo mais flagrante de *gaps* por longos períodos são os dados em níveis estadual e municipal entre 1971 e 1985. No caso dos municípios, [Maduro \(2007\)](#) assumiu que a proporção de gastos em cada nível nos períodos 1971-74 e 1980-85 era idêntica à apresentada em 1986. No que diz respeito aos gastos em nível estadual, o autor manteve a distribuição dos gastos estaduais em 1984 e aplicou a mesma estrutura às lacunas dos períodos 1971-74 e 1980-83.

Para preencher as lacunas em cada nível de ensino e diminuir o uso de interpolações, procuramos fontes adicionais em vários locais: Bibliotecas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) (em Brasília e no Rio de Janeiro), Centro de Pesquisa e Documentação na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e Biblioteca e Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).³ Também encontramos fontes em *sites* governamentais que armazenam documentos históricos digitalizados como Domínio Público, Repositório do Conhecimento IPEA e o *sítio archive.org* (conta do Ministério da Fazenda). Também usamos algumas informações de [Mello e Souza \(1979\)](#), [Brasil \(1957\)](#), [INEP \(1953\)](#), [MEC \(1985b\)](#), [Marques \(1991\)](#) e [STN \(2013\)](#). [Maduro \(2007\)](#) é a principal fonte secundária e uma referência importante a ser consultada.

Um possível problema é que as estatísticas de despesas em ensino poucas vezes apareceram discriminadas dos gastos com cultura. Como consequência, pode haver uma pequena superestimação dos gastos com educação em vários anos, como já havia notado [Maduro \(2007\)](#). No nível federal, informações esparsas sobre gastos com cultura mostram que esta representava uma proporção muito pequena do total de gastos

²Alguns estudos usaram a base de dados de [Maduro \(2007\)](#) para analisar a evolução histórica da escolaridade no Brasil. Além de [Wjuniski \(2013\)](#) e [Kang \(2018\)](#), [Barbosa Filho & Pessôa \(2009\)](#), por exemplo, utilizam a mesma base de dados para fornecer uma visão geral da educação brasileira durante o século XX.

³Recebemos uma ajuda inestimável de vários bibliotecários do INEP, particularmente Raphael Viničius da Costa. Os Arquivos Históricos do INEP também forneceram um serviço eficiente de digitalização de documentos mediante solicitação.

em ensino e cultura. Por exemplo, o ensino representou cerca de 98% das despesas com “ensino e cultura” entre 1977 e 1982 (MEC 1985b). Por outro lado, algumas fontes extra-orçamentárias às vezes não eram consideradas nas estatísticas educacionais. Até onde sabemos, essas fontes não financiavam programas regulares de educação, mas programas especiais. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), por exemplo, o programa de alfabetização de adultos durante o regime militar, foi em grande parte financiado por fundos lotéricos - uma renda extra-orçamentária. Se os gastos com a cultura podem ter levado a valores ligeiramente superestimados em nossa série de despesas em educação, fontes extra-orçamentárias provavelmente agiram a favor de uma subestimação dos gastos com educação.

A fim de assegurar maior consistência, partimos dos dados de gastos totais em educação, conforme apresentados nas fontes originais, e mantivemos os *shares* de cada nível de escolaridade. Portanto, a soma das despesas em cada nível de escolaridade necessariamente iguala o gasto total como resultado de uma escolha metodológica. Em resumo, a metodologia foi a seguinte:

1. Até 1975, os gastos totais em educação e cultura de cada nível de governo foram retirados de edições das FINBRA;
2. Após 1975, utilizamos fontes em tese compatíveis com o FINBRA (principalmente os AEB e outros documentos do MEC);
3. Outras fontes determinaram os *shares* de cada nível de escolaridade sobre as despesas totais em educação e cultura;
4. A soma das despesas de cada nível de escolaridade (primário, secundário e terciário) é igual ao total de gastos.

Nas próximas duas subseções, detalham-se a utilização das fontes para dados de despesa total e dos *shares*.

2.1 Gastos totais

Em relação aos gastos federais, mantivemos os dados utilizados por Maduro (2007) de 1933 a 1944, cuja fonte original são os AEB, e utilizamos interpolações entre 1945 e 1947. De 1948 a 1964, as informações são dos AEB. Para o período 1965-84, a fonte são edições das FINBRA. Os dados das FINBRA coincidem em grande parte com as AEB, mas são mais completas. Portanto, haveria uma série contínua de 1948 a 1986 que engloba gastos federais em educação e cultura. Na mesma linha, Marques (1991) poderia ser a fonte para os anos de 1987, 1988 e 1989. No entanto, as estatísticas de educação no FINBRA a partir de 1975 e de Marques (1991) são problemáticas.

A partir de 1975, houve mudanças no cômputo da estatística oficial. Conforme [Melchior \(1980\)](#), em 1975, “várias contas foram deslocadas também para a função educação e cultura” (p. 52), incluindo verbas gastas em ciência e tecnologia que antes não constavam nesta rubrica.⁴ Os dados de [Marques \(1991\)](#) são também implausíveis - sugerindo que os dados estão contaminados pelo deslocamento mencionado acima e também pela inflação durante o período.⁵ Em linha semelhante, Barjas [Negri \(1997\)](#) afirma que certas estatísticas de gastos em educação divulgadas sobre o período superestimaram as despesas por problemas de dupla contagem.

Para evitar essas estimativas viesadas para cima, utilizou-se uma estimativa já tratada de despesas em educação para a década de 1980 que consta no AEB 1993, fonte também usada por [Maduro \(2007\)](#). Para a segunda metade da década de 1970, recorreremos a interpolações na variável despesa total em educação, ainda que tenhamos continuado a usar os *shares* de nossas fontes do MEC. Diante dessas constatações, seria importante um estudo mais aprofundado sobre os gastos em educação no período 1975-1994.

Adicionalmente, os valores entre 1990 e 1993 foram interpolados para todos os níveis de governo, a fim de evitar possíveis distorções causadas pela inflação brutal que atingiu o país naquele período. Seguimos [Maduro \(2007\)](#) para os dados do período 1994-1999, cuja fonte original é o *site* do Inep, e dizem respeito apenas aos gastos com educação. Por fim, a partir de 2000, a fonte oficial é a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e se trata da rubrica “função educação”, o que pode diferir de estimativas de gasto com educação do INEP.

Quanto aos gastos de governos subnacionais, as edições das FINBRA fornecem dados a partir de 1941. Até aquele ano, mais uma vez confiamos em [Maduro \(2007\)](#), cuja informação vem dos AEB. Para os estados, as FINBRA são as fontes até 1989, enquanto os dados de 1984 a 1988 provêm dos AEB no caso dos municípios. De maneira semelhante aos gastos federais, entre 1994 e 1999, a fonte dos dois níveis de governo é o INEP e, a partir de 2000, a informação vem da STN. As exceções são 2000 e 2001, cuja fonte de gastos estaduais é o *site* do IBGE.

2.2 *Shares*

Infelizmente, o montante gasto por cada nível de governo nos três diferentes níveis de escolaridade não é uma informação fácil de ser encontrada, especialmente quando se trata de governos subnacionais.

Começando com os gastos federais, os AEBs contêm informações de gastos para cada nível de escolaridade entre 1933 e 1938. No entanto, apenas informações sobre o

⁴Essa questão foi levantada também por [Gois \(2022\)](#).

⁵Esses números implausíveis a partir de 1975 foram, por exemplo, utilizados na tese de [Kang \(2019\)](#).

gasto total estavam disponíveis a partir de 1939. Desta forma, tivemos que recorrer a interpolações até 1948. Daquele ano até 1956, os dados provêm de um estudo sobre finanças da educação solicitado pelo Governo Kubitschek sob a égide do Programa de Metas (Brasil 1957). A partir de 1957, a fonte oficial são novamente os AEBs, com exceção de 1961, 1962 e 1964, quando as interpolações foram necessárias. A fonte entre 1994 e 1999 é o INEP. Na década de 2000, as informações são da STN - com a exceção de 2003 (interpolação).

Os dados em nível estadual seguem os primeiros de forma análoga: entre 1933 e 1938 a fonte são os AEBs, enquanto que Brasil (1957) foi utilizada para os anos de 1948 a 1956. No entanto, um estudo elaborado pelo INEP (1953) fornece dados para o período de 1939-47, fornecendo-nos uma série sem lacunas de 1933 a 1956. Mantivemos dados de Maduro (2007) entre 1957 e 1970, cujas fontes oficiais são Mello e Souza (1979) e AEBs. Foi necessário recorrer também a interpolações para o período entre 1971 e 1976. MEC (n.d.) fornece informações de 1977 a 1982, enquanto Marques (1991) acrescenta dados para o período entre 1986 e 1989. Ainda que haja motivos para duvidar das estimativas de Marques (1991) em termos absolutos por conta da inflação do período, não se espera que isso tenha distorcido a distribuição de recursos entre níveis de ensino. As informações do período remanescente (1983 a 1985) são dos AEB. As fontes do período subsequente (1993 a 2010) são as mesmas das despesas federais.

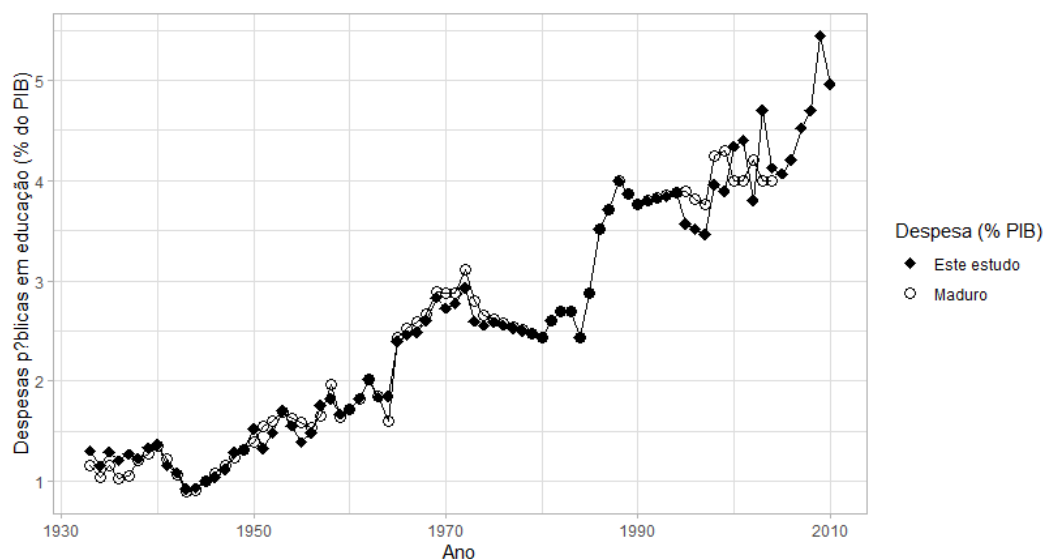
Por fim, as fontes dos dados referentes à parcela dos municípios na despesa total designada para cada nível de escolaridade são praticamente as mesmas do governo federal. Até 1976, as únicas diferenças são os anos de 1938 e 1963 e o período de 1971-1976, quando as interpolações eram necessárias para os níveis inferiores e intermediários de governo. MEC (1985a) fornece dados entre 1977 e 1979, enquanto Marques (1991) é a fonte de 1986 a 1988. Os anos entre esses períodos foram interpolados. Fontes para o período 1994-2010 são as mesmas apresentadas anteriormente para outros níveis governamentais.

3 Resultados: comparação dos dados

Comparando nossas estimativas de gastos totais em educação como proporção do PIB com as de Maduro (2007), os resultados são semelhantes (veja a Figura 1). De modo geral, vale destacar que a despesa educacional em proporção do PIB não chegava a 2% até a década de 1960. A marca de 4% foi atingida apenas no final da década de 1980. Com a consolidação de mecanismos de financiamento do ensino fundamental e do resto da educação básica, houve crescimento da despesa em percentual do PIB desde meados da década de 1990 até o fim da série em 2010.

Já as Figuras 2 e 3 reportam algumas diferenças entre as novas estimativas e as anteriores. Essas figuras apresentam os gastos com a soma dos níveis EF e EM e as despesas

Figura 1: Despesas em educação como proporção do PIB (%), comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa e [Maduro \(2007\)](#)

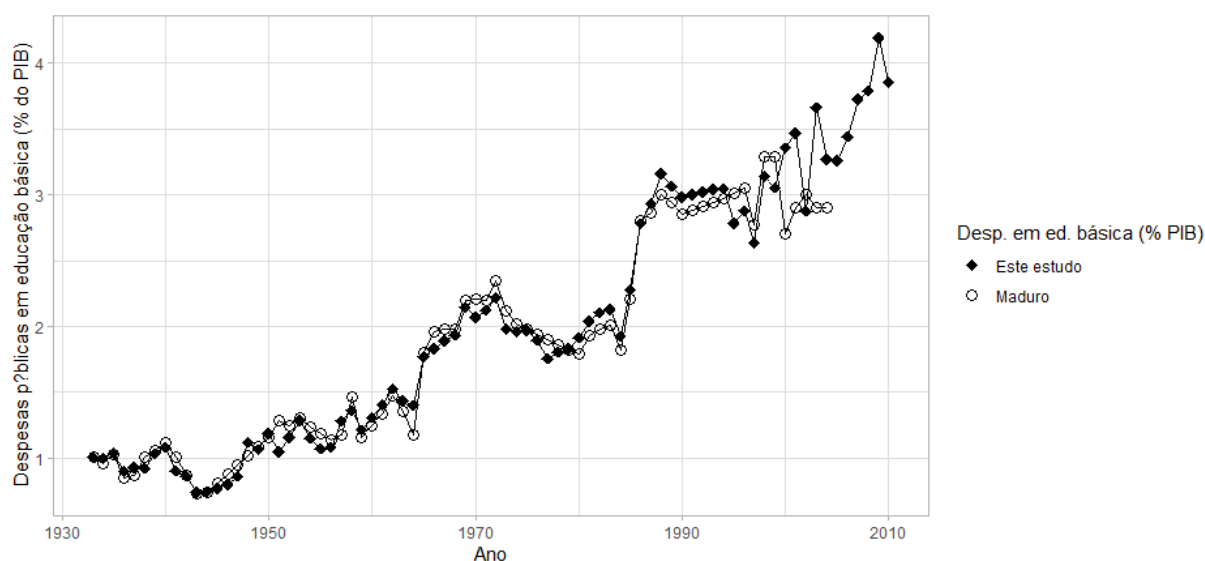
com o ensino superior, respectivamente, como proporção do PIB. As semelhanças entre as séries de gastos com EF e EM e a série de despesa total sugerem que as mudanças na despesa total foram em grande parte impulsionadas por mudanças nos níveis em questão. No caso dos gastos com educação superior, as divergências da série Maduro se tornam maiores a partir de meados da década de 1970. Isso tem a ver com nossas fontes adicionais que mostraram uma composição diferente na distribuição de recursos entre níveis educacionais. Em suma, embora as diferenças entre as estimativas de Maduro e nossas estimativas sejam pequenas de modo geral, esses são passos importantes para as análises posteriores.

O pioneiro trabalho de [Maduro \(2007\)](#) também trouxe estimativas de despesa pública por aluno da rede pública (em reais e como proporção do PIB per capita) em todo o período. No estudo, a despesa por aluno é discriminada por nível de ensino e há aparentemente uma série completa de 1933 a 2004. Entretanto, as despesas aparecem agregadas conforme a estrutura organizacional do ensino na época. No período anterior a 1971, há discriminação entre o antigo ensino primário e o antigo ensino médio; enquanto os registros após 1971 mostram a despesa no ensino de primeiro grau e no ensino de segundo grau separadamente. Portanto, as séries são descontinuadas pela reforma de 1971 e as novas séries que surgem depois não podem ser comparadas diretamente com as versões pré-1971.⁶

Sem uma estimativa de despesa por ciclo de ensino (EF1, EF2 e EM) para todo o

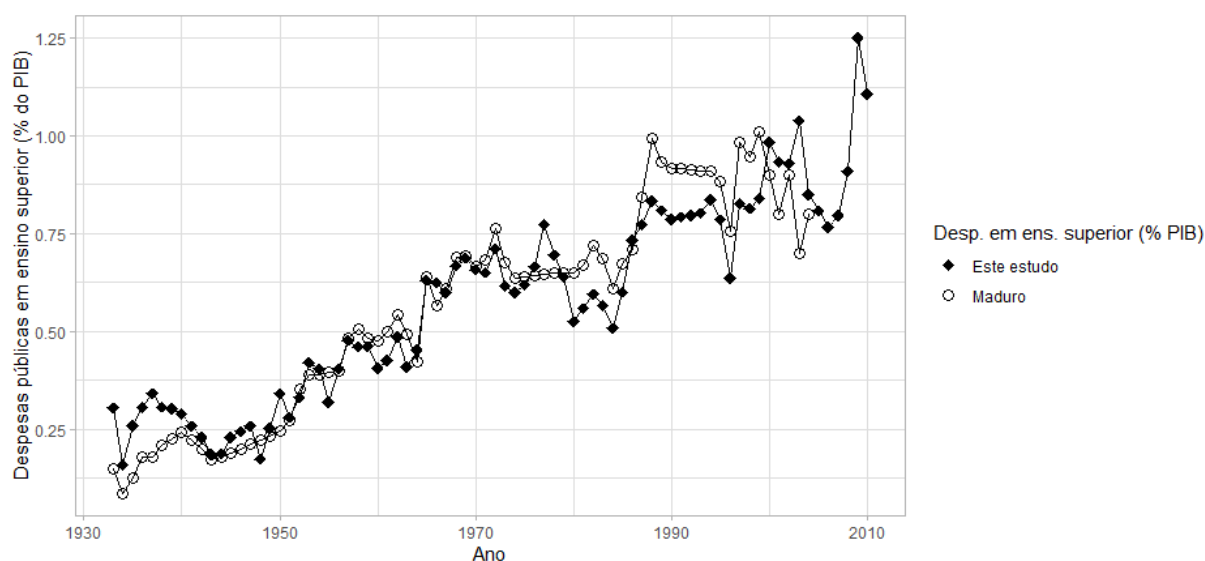
⁶Comentários semelhantes já tinham sido feitos anteriormente por [Kang \(2018\)](#) em sua crítica ao estudo de [Wjuniski \(2013\)](#).

Figura 2: Despesas em EF e EM como proporção do PIB (%), comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa e [Maduro \(2007\)](#)

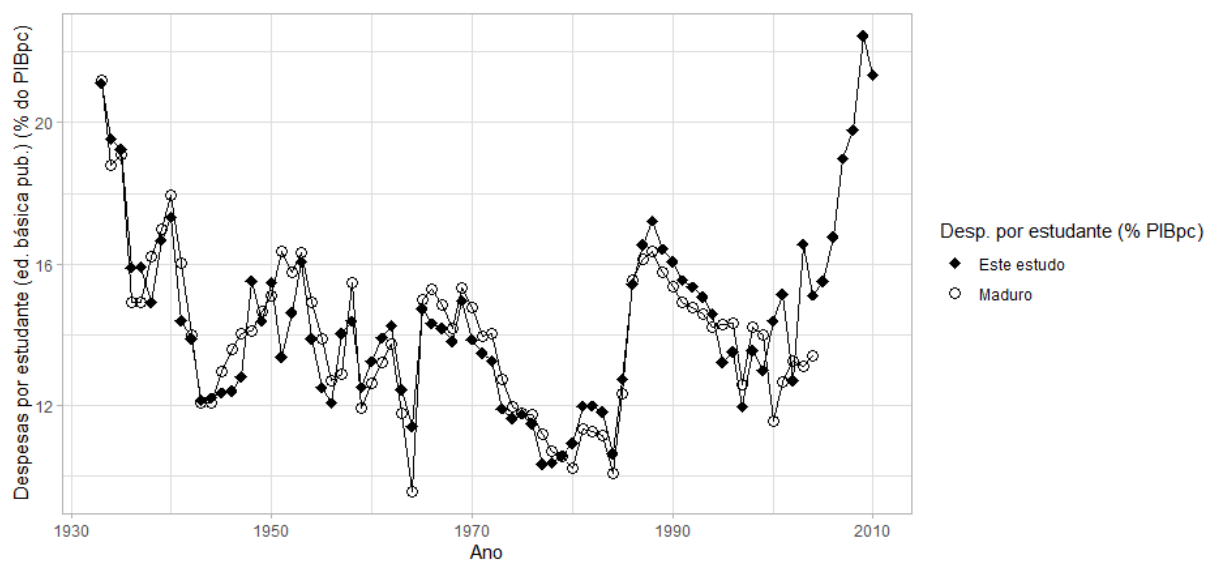
Figura 3: Despesas em ensino superior como proporção do PIB (%), comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa e [Maduro \(2007\)](#)

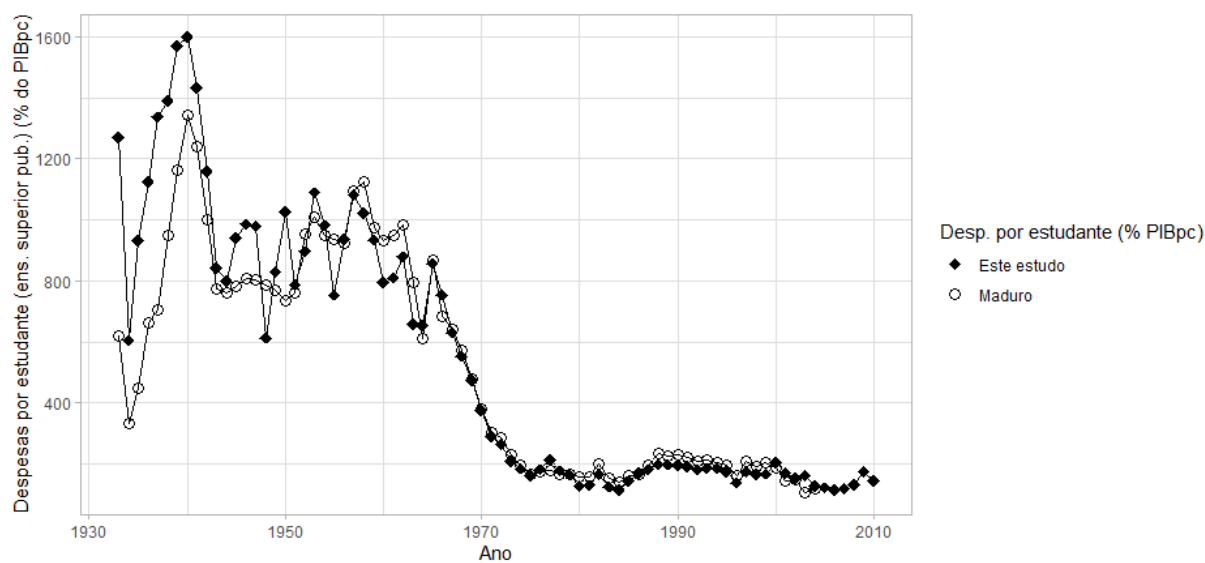
período, só é possível obter uma série contínua somando os resultados para a soma de EF e EM. As Figuras 4 e 5 mostram os resultados em comparação com [Maduro \(2007\)](#) de uma série de despesa por estudante para a soma de EF e EM (EF+EM) e outra para ensino superior - ambas em proporção do PIB per capita. Vale notar as dimensões em cada gráfico. No caso de EF+EM, as despesas por estudante variam de 9,7% (1974) a 21,0% (1933) do PIB per capita (com média de 13,0%) no período 1933-2010. Já no caso

Figura 4: Despesas em educação por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), EF e EM, comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa e [Maduro \(2007\)](#)

Figura 5: Despesas por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), ensino superior, ecomparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa e [Maduro \(2007\)](#)

do ensino terciário, o valor mínimo encontrado foi de 116,1% em 2006 e o valor máximo de 1.598% do PIB per capita em 1940, com média de 543,8% ao longo de todo o período. Estes dados já oferecem um aperitivo da análise da seção 5 acerca do viés elitista do financiamento educacional. Na próxima seção, apresentamos estimativas iniciais para as despesas por ciclo.

4 Despesa por ciclos

A reforma do ensino promovida pelo regime militar (Lei 5.692/1971) reorganizou o sistema educacional brasileiro (Brasil 1971). Antes de 1971, o ensino pré-terciário era dividido no antigo *ensino primário*, que durava quatro ou cinco anos em geral, e no antigo *ensino médio*, de sete anos. Após 1971, criaram-se o *ensino de primeiro grau*, com duração de oito anos, e o *ensino de segundo grau*, de três ou quatro anos. (Hasenbalg 2003).

O antigo *ensino médio* tinha uma organização complexa. Em primeiro lugar, havia uma divisão nos tipos de ensino: secundário (mais acadêmico), profissional (subdividido em comercial, industrial, agrícola, etc.) e normal (formação de professores). No ensino secundário, o primeiro ciclo era chamado de *ensino ginasial*, enquanto o segundo ciclo era chamado de *ensino colegial* (que poderia ter ênfase clássica ou científica). O modelo adotado após 1971 aboliu a divisão em tipos de ensino. O ensino de segundo grau passou a oferecer, ao menos em tese, formação acadêmica e profissionalizante.

Em termos de dados, a reforma do ensino dificultou a construção de séries históricas contínuas. Antes de 1971, os dados de matrícula e gastos no ensino primário, por exemplo, se referiam apenas a quatro ou cinco séries. Já nos registros após 1971, os dados do ensino de primeiro grau passaram a se referir a oito séries. Por conta disso, é necessário contornar a descontinuidade dos dados em 1971.

Para as matrículas, o problema pode ser facilmente corrigido, uma vez que existem dados de matrícula por série para toda a educação pré-terciária a partir de 1956. Antes disso, existem dados de matrícula por série no ensino primário e de matrículas totais discriminadas pelos dois ciclos do ensino médio desde 1933. No período antes de 1971, é possível reconstituir uma série de matrículas do que seria o ensino de primeiro grau (oito séries) somando as matrículas do antigo primário com as matrículas do primeiro ciclo do ensino médio, como fizeram os estudos de Maduro (2007) e Kang et al. (2021). Contudo, não se pode fazer o mesmo com as despesas, uma vez que não existem dados de despesa por série. Os dados já aparecem agregados por nível. Pode-se, no entanto, recorrer a soluções imperfeitas, mas que sigam o espírito da solução encontrada para as matrículas.

A solução proposta parte de hipóteses quanto à proporção do gasto por estudante matriculado na rede pública em cada ciclo. Apesar de utilizar mais hipóteses, recomen-

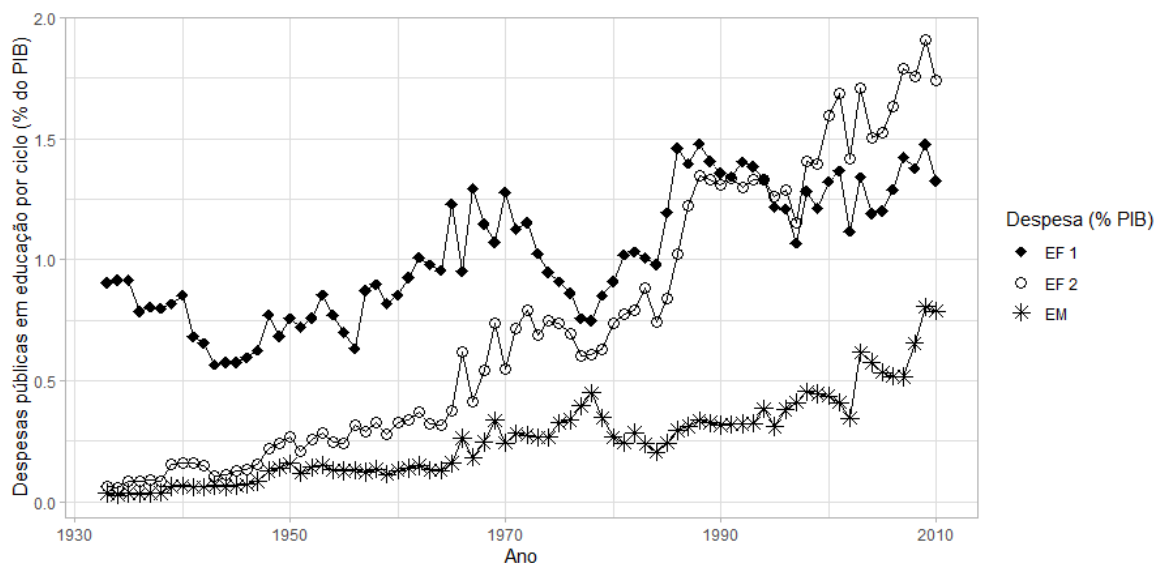
damos esta metodologia pois ela permite facilmente que os parâmetros sejam mudados. A dificuldade maior está na mudança legal em 1971. A metodologia é a seguinte:

1. Parte-se de estimativas de estudantes matriculados na rede pública de ensino, uma vez que não há informações da matrícula por rede para todos os anos;
2. No período 1933-1970, existem dados divididos em ensino primário (quatro a seis séries) e ensino médio (sete séries). Assume-se que a despesa por aluno no segundo ciclo do ensino médio (*colegial*) seja 25% maior do que a despesa por aluno no ensino médio (ambos os ciclos);
3. De 1971 em diante, os dados estão divididos em ensino de primeiro grau (oito séries) e segundo grau (três séries). No período 1971-1989, pressupõe-se que a despesa por estudante no primeiro ciclo do primeiro grau (1^a a 4^a série) seja 20% menor do que primeiro grau considerando ambos os ciclos (1^a a 8^a série);
4. De 1990 a 1993, aplicam-se interpolações devido a falta de dados;
5. A partir de 1994, parte-se da hipótese de que a despesa por estudante no primeiro ciclo do ensino fundamental (1^a a 4^a série) seja igual ao do primeiro grau considerando ambos os ciclos (1^a a 8^a série/9^o ano). Tenta-se refletir a mudança de ênfase havida na política pública, que passou a priorizar a universalização do ensino fundamental.

Essas hipóteses são simplificadoras e as estimativas são “*educated guesses*”, mas são um passo inicial importante para se analisar as políticas de financiamento da educação ao longo do século XX. A Figura 6 apresenta as despesas em educação por ciclo (fundamental I, fundamental II e médio) como proporção do PIB entre 1933 e 2010. Em seguida, a Figura 7 mostra os dados de despesa em educação por estudante na rede pública como proporção do PIB per capita e discriminado por ciclos, considerando também o período 1933-2010. Embora o primeiro ciclo tenha recebido a maior parte dos recursos como proporção do PIB ao longo de todo o período, como se vê na Figura 6, percebe-se que o mesmo não ocorre no gasto por estudante conforme a Figura 7. A convergência dos níveis de despesa por estudante em cada ciclo ocorre apenas em meados da década de 1990. Antes disso, o primeiro ciclo (o antigo ensino primário) esteve historicamente em desvantagem.

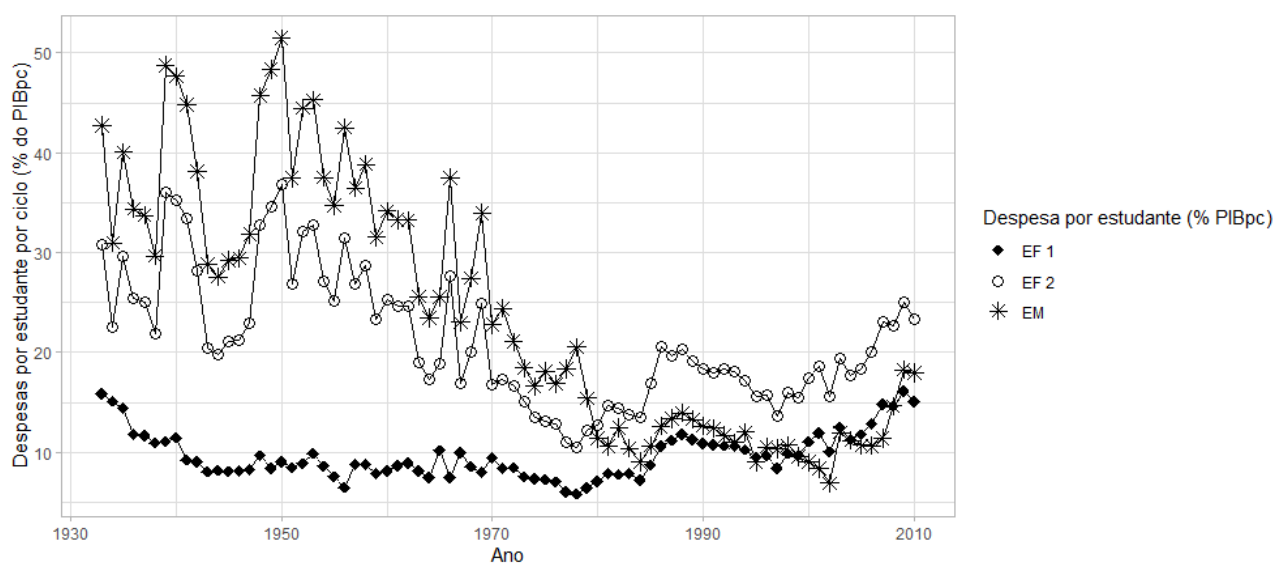
A Figura 7 não nos permite observar com clareza a variação das despesas por estudante no EF1, tamanha era a desvantagem deste para os demais ciclos da educação básica. A Figura 8 é mais elucidativa: ela mostra que, sob os pressupostos assumidos, as despesas por estudante no EF1 como proporção do PIB per capita flutuaram perto da marca de 8% entre meados da década de 1940 e meados da década de 1980. Apenas com a redemocratização e, principalmente, com os novos mecanismos de financiamento na

Figura 6: Despesas em educação por ciclo como proporção do PIB (%), Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 7: Despesas em educação em cada ciclo por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), Brasil, 1933-2010.

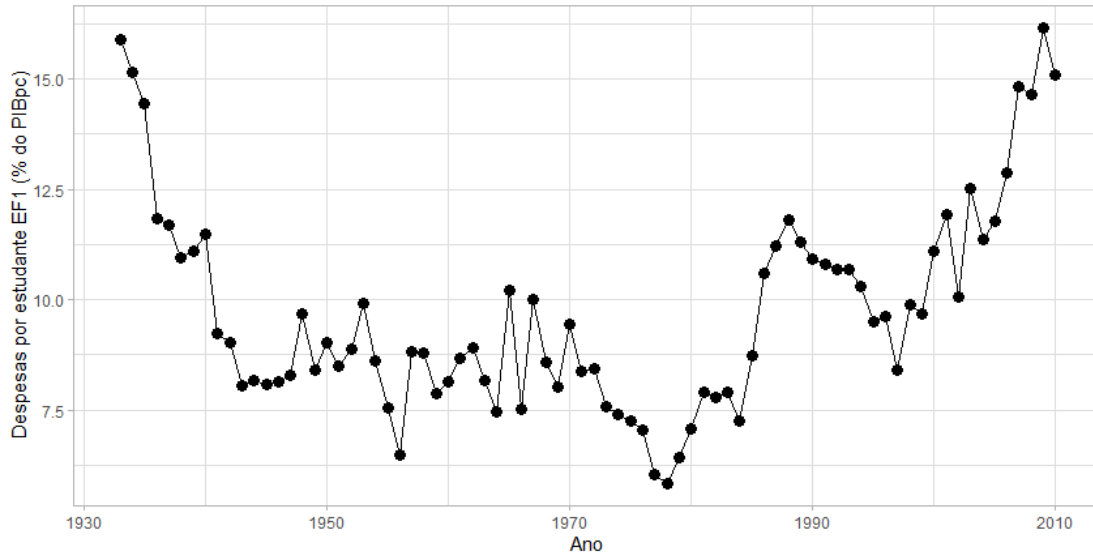


Fonte: Dados da pesquisa

década de 1990, houve uma elevação mais expressiva da despesa por estudante no primeiro ciclo do EF - ao mesmo tempo que se alcançava a universalização do EF como um todo. Como esperado, este é um padrão semelhante ao apresentado pela Figura 4. Este padrão sugere que o contrato social do período de auge da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI), embora tenha avançado até certo ponto

na expansão educacional, parece ter subfinanciado a educação básica – principalmente o nível primário.

Figura 8: Despesas em educação (EF1) por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa

5 Índícios de viés elitista

Com essas estatísticas de despesas educacionais por ciclo, é possível analisar se o país subinvestia no ensino primário *vis-à-vis* o ensino superior. Para detectar um viés elitista nos gastos com educação, Lindert (2010) sugere o uso do que ele chama de “impressões digitais” dos gastos públicos (*public input fingerprints*). Na pesquisa histórica, obter uma grande quantidade de dados históricos para executar testes quantitativos mais precisos é uma tarefa difícil. Assim, esse tipo de indicador pode lançar alguma luz sobre a extensão do viés elitista sobre os gastos com educação pública. Uma dessas “impressões digitais” é a *razão dupla primário / terciário*, ou *razão dupla EF1/ES*, representado por:

$$db_{1/3} = \frac{exp_1}{pupil_1} \bigg/ \frac{exp_3}{pupil_3} \quad (1)$$

onde $db_{1/3}$ é a razão dupla, exp representa o gasto público e $pupil$ é o número absoluto de alunos matriculados na rede pública. Os índices (1, 2, 3) representam cada nível de escolaridade (primário, secundário e terciário, respectivamente).

Quanto maior o número, mais igualitário supostamente é o padrão de gastos com educação - pelo menos em princípio. Nos países da OCDE, o indicador está próximo de 50% nos dias atuais (Lindert 2010). Uma vez que o inverso desta figura indica quantas

Tabela 1: Razão dupla primário/terciário, regiões selecionadas e países, 1960-2002

Região ou país	1960-65	1970-75	1985	1995	2002
Países desenvolvidos					
Núcleo OCDE			51.0	43.2	56.1
Canadá	25.2	29.8	67.2	63.4	
Japão	90.9	200.0	90.9	108.4	126.6
EUA	51.2	81.3	71.3	73.4	77.5
Países em desenvolvimento			14.7		
América Latina e Caribe					
18 países	6.7	10.6	13.7	17.9	
Argentina	22.2	12.1	31.5	40.1	52.4
Brasil	2.1	8.2		7.2	8.1
Chile	3.9	8.6	9.6	45.5	
Colômbia	2.9		17.5	21.7	
Costa Rica	10.9	17.2	12.9	23.1	
Cuba	71.4*		43.5	50.0	
Jamaica	6.5	9.1	4.0	5.5	
México	9.2	9.8	8.5	23.3	29.4
Venezuela	6.5	11.8	11.6	6.8	

Notas: *Dados de 1950-55

Fonte: [Lindert \(2010\)](#)

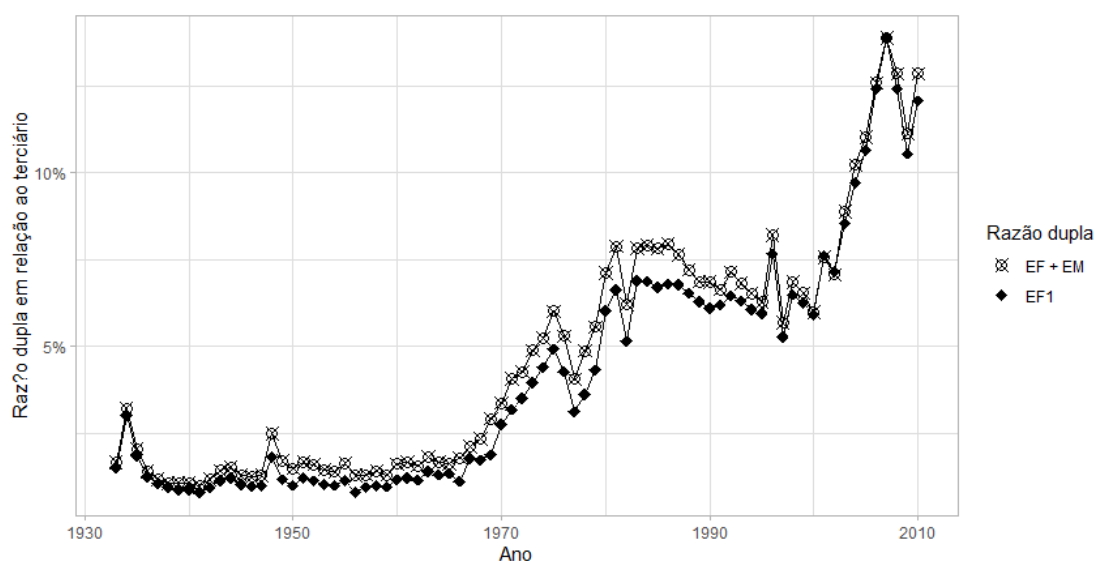
vezes a despesa pública por aluno do ensino superior é maior do que o gasto público por aluno do ensino primário, essa cifra diz que os estudantes do ensino superior recebem cerca de duas vezes mais recursos do que os alunos do ensino primário nos países da OCDE.

[Lindert \(2010\)](#) apresenta alguns dados que mostram como os gastos com educação foram viesados em favor do ensino superior na América Latina. No início da década de 1960, a razão primário/terciário era de 25,2% no Canadá e 51,2% nos Estados Unidos, enquanto o mesmo indicador era de 6,7% na América Latina (18 países). Conforme Lindert, o Brasil registrou uma razão ainda menor de acordo com os dados apresentados na Tabela 1 (2,1%). Ou seja, alunos do ensino superior recebiam cerca de 45-50 vezes mais recursos do que um aluno do ensino fundamental. De acordo com as informações da mesma tabela, o Brasil apresentou consistentemente um padrão viesado de gastos durante um período de quase meio século. O país não só apresentou uma razão primário/terciário mais baixa do que os países mais ricos da OCDE, mas também vários países latino-americanos mais pobres apresentaram melhores resultados.

Como temos dados anuais sobre gastos com educação por nível de escolaridade, também calculamos uma série anual completa desta razão. A Figura 9 mostra a razão EF1/ES, representada pela série com pontos mais escuros no gráfico (deixamos a outra série semelhante de lado por enquanto).

Entre meados dos anos 1960 e meados da década seguinte, houve uma elevação substancial da razão dupla EF1/ES. Inicialmente, essa elevação pode aparentar uma melhoria em termos de igualitarismo educacional. As despesas por aluno no ensino

Figura 9: Razão dupla EF1/ES e (EF+EM)/ES (%), Brasil, 1933-2010.



Fonte: Dados da pesquisa

primário claramente aumentaram em relação aos gastos médios no ensino superior. No entanto, um exame cuidadoso mostra que o aumento da razão EF1/ES não decorreu de uma expansão dos gastos com o primário. Em vez disso, um aumento repentino nas matrículas no ensino superior levou à melhora do indicador. A Tabela 2 mostra que a matrícula na rede pública de ensino superior cresceu rapidamente entre 1965 (60.490 matriculados) e 1975 (410.225 estudantes), período no qual o número de estudantes nesse nível de ensino aumentou em quase sete vezes. Aproveitando o período do “Milagre” e os ganhos de escala, essa elevação de matrículas não teve impacto significativo na despesa pública no ensino superior como proporção do PIB, que permaneceu relativamente estável. Por outro lado, nossas estimativas mostram que houve uma queda substancial na despesa no ensino primário (EF1), principalmente entre 1970 (1,23% do PIB) e 1975 (0,91%) do PIB. É evidente que o aumento no indicador de viés elitista foi basicamente causado pela elevação de matrículas no superior, uma vez que houve até queda da despesa no EF1 como percentual do PIB.

Tabela 2: Matrículas e despesas em educação como proporção do PIB, EF1 e ensino superior, rede pública, Brasil, 1960-1980

Ano	EF1 pública		Ensino superior público		Razão dupla primário/terciário
	Matrícula	Despesa / PIB	Matrícula	Despesa / PIB	
1960	6597124	0.85	36190	0.41	1.16
1965	8827050	1.23	60490	0.63	1.34
1970	11658052	1.28	165214	0.66	2.76
1975	12276121	0.91	410225	0.62	5.12
1980	14174115	0.91	492232	0.52	6.28

O uso de dados do EF1 pode gerar questionamentos por estar baseado nas estimativas por ciclo da seção anterior. Qualquer dúvida desaparece se mudarmos ligeiramente a razão e considerarmos os gastos por estudante dos níveis EF e EM em conjunto: isso exclui qualquer efeito *direto* da reforma de 1971 sobre os gastos com educação. Expressando em termos matemáticos, temos:

$$db_{(1+2)/3} = \frac{exp1 + exp2}{pupil1 + pupil2} / \frac{exp3}{pupil3} \quad (2)$$

Usando esta razão dupla modificada, o resultado é semelhante, como mostra a outra série apresentada na Figura 9 (a série que representa os dados somados de EF e EM, na maior parte do tempo acima da série denominada EF1). Como o custo educacional tende a aumentar à medida que se avança nos níveis de ensino, é plausível considerar que a razão dupla (EF+EM)/ES seja próximo ao limite superior da razão EF1/ES – pelo menos até o final da década de 1990, quando houve substancial aumento de financiamento do ensino fundamental. Mesmo considerando este limite superior, os números são baixos em termos comparativos.

Esse ponto mostra os limites do indicador. A razão dupla pode se elevar por quatro motivos: (a) um aumento nos gastos com EF+EM, (b) uma diminuição nas matrículas nos níveis EF+EM, (c) uma diminuição nos gastos com ensino superior ou (d) um aumento nas matrículas no ES. No longo prazo, é improvável que haja uma queda contínua de (b) e (c) em períodos normais de crescimento demográfico, a menos que haja circunstâncias excepcionais com efeitos duradouros, como uma guerra ou uma revolução. Como esse não é o caso do Brasil, resta considerar (a) e (d), pois ambos aumentam o indicador. A questão é qual foi o fator principal a impulsionar a mudança: (a) um aumento nos gastos com EF+EM ou (d) um aumento nas matrículas no ensino superior. Dependendo da resposta, as explicações da economia política podem apontar para direções completamente diferentes.

Espera-se que maiores gastos por aluno nos níveis EF e EM tenham um efeito igualitário na distribuição de renda. No entanto, o Brasil estava longe de alcançar a universalização do que chamamos hoje de EF na década de 1960. Ademais, o aumento dos gastos foi amplamente absorvido pelo aumento das matrículas, exercendo assim uma leve pressão ascendente (se houve) sobre a razão EF1/ES. Por outro lado, inicialmente também se espera que um aumento nas matrículas no ensino superior se deva a uma expansão dos gastos totais no ensino superior. Todavia, dado o pequeno tamanho das universidades na época, o sistema de ensino superior brasileiro se beneficiou das economias de escala no setor. Além do aumento no número de alunos do ensino superior, houve uma reforma institucional de monta em 1968. Entre as mudanças introduzidas pela Reforma Universitária, o sistema clássico de cátedras foi substituído por departamentos, o que permitiu uma utilização mais racional dos recursos com cursos

Tabela 3: Razão dupla primário/terciário revisado, regiões selecionadas e países, 1960-2002

Região ou país	1960-65	1970-75	1985	1995	2002
Países em desenvolvimento (Lindert)	14.7				
América Latina e Caribe					
18 países (Lindert)	6.7	10.6	13.7	17.9	
Brasil (Lindert)	2.1	8.2		7.2	8.1
Brasil (EF1)	1.4*	5.1**	6.9	6.1	7.2
Brasil (EF)	1.7*	6.4**	8.7	7.6	9.0

Notas: *Dados de 1963

**Dados de 1975

Fonte: [Lindert \(2010\)](#) e dados da pesquisa

compartilhados entre alunos de faculdades diferentes. Por conta dessas mudanças, os custos não aumentaram proporcionalmente ao número de alunos, o que por sua vez ajudou no aumento da razão primário/terciário.

Podemos voltar aos dados de [Lindert \(2010\)](#) apresentados inicialmente na Tabela 1. Para contornar o problema da reforma de 1971, poderíamos corrigir as informações da tabela tomando as estimativas por ciclo. Há várias maneiras de se fazer isso: por exemplo, usar as estimativas para EF1 ou para EF completo (oito séries). Mesmo utilizando EF completo, o que tende a superestimar o indicador, a Tabela 3 mostra que nossas estimativas de razão dupla são menores do que as reportadas por Lindert nos períodos 1960-65 e 1970-75. Vale notar que em ambos os períodos, para usar o número menos favorável possível à nossa hipótese, utilizamos o ano com melhor resultado dentro de cada período (1963 e 1975).

Analisemos agora a variação entre as décadas de 1960 e 1970: sob quaisquer estimativas, o Brasil continuava atrás da média dos países da região em 1975, mas o patamar do indicador claramente se elevou durante a década anterior. O ponto aqui é que nem isso deve ser comemorado sem ressalvas, já que resultou mais na expansão de matrículas no terciário do que em elevações de despesa no primário. Uma investigação mais cuidadosa sobre o que ocorreu nos demais países latino-americanos poderia ser elucidativo, dadas as diferenças dos sistemas educacionais entre os países da região.

Isso não significa, no entanto, que os custos não aumentaram substancialmente em termos absolutos. O custo de oportunidade dessa expansão do ensino terciário parece ter sido substancial. Em um país onde o ensino fundamental estava longe de atingir toda a população em idade escolar, a decisão por uma grande expansão do número de vagas no sistema de ensino superior foi custosa. Para entender por que essa decisão foi tomada, precisamos nos aprofundar nos aspectos de economia política da educação durante o regime militar. Esses aspectos foram estudados em alguns trabalhos. Em resumo, a literatura afirma que, apesar do aumento da capacidade fiscal estatal após as reformas no sistema tributário, os governos militares decidiram expandir as vagas

no ensino superior por pressão das classes médias e alta no final dos anos 1960 (Ames 1973). Além disso, os governos militares entendiam que a maior ameaça à ordem estava nos grupos de esquerda das universidades, o que estimulou intervenções no setor (De Mattos 1988, Kang 2019). Na década de 1970, a estratégia de manter alto crescimento com significativos níveis de endividamento levou o governo federal a centralizar ainda mais o sistema tributário. A pauperização dos estados teve efeitos negativos sobre despesas em educação básica (Kang et al. 2022). Finalmente, não era de se surpreender que estes grupos tivessem maior voz política quando se leva em conta que apenas alfabetizados tinham direito de voto no Brasil (analfabetos só passaram a tê-lo após o retorno da ordem democrática).

6 Considerações finais

Este estudo apresentou uma nova base de dados de despesas públicas em educação e alguns indícios de viés elitista da política educacional no Brasil entre 1933 e 2010. Os dados básicos corroboraram em grande parte as estimativas pioneiras de Maduro (2007). Como novidade, o estudo apresentou despesas públicas em educação por ciclo de ensino (EF1, EF2 e EM). Esses dados, embora sejam baseados em hipóteses fortes, permite-nos tentar contornar os problemas da reforma do ensino promovida em 1971, que reorganizou os níveis de ensino e provocou uma descontinuidade nas séries de despesas.

Por fim, o trabalho lançou mão de um indicador chamado de *razão dupla primário/terciário*, proposto por Lindert (2010). Esse indicador mostra o percentual de gastos por aluno no nível primário em relação aos gastos por aluno no terciário: seu inverso é um indicador mais conhecido e mostra quantas vezes mais caro é um estudante do ensino superior em relação ao aluno do ensino primário. O cômputo desse indicador depende das estimativas de gasto por ciclo, mas também utilizamos uma razão adaptada – utilizando as despesas por estudante dos níveis EF e EM e comparando com as despesas por aluno no superior. Em todas as hipóteses, parece claro que o país tinha índices muito viesados em favor do ensino superior, mesmo em comparação com outros países latino-americanos. Quando parecia ter havido uma melhoria, não foi o que de fato aconteceu: esse indicador aumentou expressivamente a partir do final da década de 1960 até meados da década seguinte, mas isso ocorreu por conta de aumentos substanciais de matrícula no superior e não devido a elevações de gastos nos níveis básicos. O caso brasileiro mostra que este indicador é de fato apenas um indício (ou “*fingerprint*”, como o próprio Lindert definiu) e, portanto, ele não pode ser usado para tomar conclusões sem levar em conta o contexto histórico e as políticas efetivamente adotadas.

Há espaço para revisar as estimativas em alguns períodos, ainda que tenha havido

avanços em relação às previamente existentes. Para isso, seria necessário avançar no trabalho com fontes primárias de despesa pública para todo esse período. O período de alta inflação entre meados da década de 1980 e 1994 é particularmente desafiante para qualquer pessoa que se aventure em estudos relacionados a receitas e despesas públicas - não foi caso diferente nesta pesquisa. Estudos mais detalhados sobre os sistemas educacionais dos demais países latino-americanos também podem ajudar a contextualizar melhor os números e as análises apresentadas neste trabalho. Portanto, ainda há muita pesquisa a ser feita.

Referências

- Ames, B. (1973), *Rhetoric and reality in a militarized regime*, number 42, Sage Publications, Beverly Hills and London.
- Barbosa Filho, F. d. H. & Pessôa, S. (2009), Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica, in F. Veloso, S. Pessôa, R. Henriques & F. Giambiagi, eds, 'Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro', Elsevier, Rio de Janeiro, pp. 51–72.
- Birdsall, N., Bruns, B. & Sabot, R. H. (1996), Education in Brazil, in N. Birdsall & R. Sabot, eds, 'Opportunity foregone: education in Brazil', Inter-American Development Bank, Washington DC, pp. 7–47.
- Brasil (1957), Análise do esforço financeiro do poder público com a educação (1948-1956), Technical report, Conselho do Desenvolvimento e Ministério da Educação (MEC), Rio de Janeiro.
- Brasil (1971), 'Lei n. 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1. e 2. graus, e dá outras providências'.
- Colistete, R. (2019), 'Contando o atraso educacional', *Dados* 62(2), 1–37.
- De Mattos, P. L. (1988), The politics of education funding in Brazil, 1964-1984, PhD thesis, London School of Economics and Political Science.
- Fletcher, P. R. (1985), 'A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira. uma análise preliminar e sugestão de avaliação adicional', *Revista Brasileira de Administração da Educação* 3(1), 10–41.
- Gois, A. (2022), *O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente*, Editora FGV.
- Hasenbalg, C. (2003), Estatísticas do século xx: educação, in 'Estatísticas do século XX', IBGE, Rio de Janeiro.
- IBGE (2003), Estatísticas do Século XX, Technical report, IBGE, Rio de Janeiro.
- INEP (1953), Despesas com a educação e a cultura e o custo do ensino, Technical report, MEC, Rio de Janeiro.
- Kang, T. H. (2017), 'Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964.', *Latin American Research Review* 52(1), 35–49.
- Kang, T. H. (2018), 'Education and development projects in Brazil, 1932-2004: a critique', *Brazilian Journal of Political Economy* 38(4), 766–780.

- Kang, T. H. (2019), The political economy of education under military rule in Brazil, 1964-1985, PhD thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Kang, T. H., Menetrier, I. & Comim, F. (2022), The side effects of a debt-led growth strategy: export incentives and primary education in Brazil, 1967-1985.
- Kang, T. H., Paese, L. H. Z. & Felix, N. F. A. (2021), 'Late and unequal: measuring enrolment and retention in Brazilian education, 1933-2010', *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History* **39**(2), 191–218.
- Klein, R. & Ribeiro, S. C. (1991), 'O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência', *Revista Brasileira de Estatística* **52**(197/198), 5–45.
- Komatsu, B., Menezes-Filho, N., Oliveira, P. A. C. & Viotti, L. T. (2020), 'Novas medidas de educação e de desigualdade educacional para a primeira metade do século XX no Brasil', *Estudos Econômicos (São Paulo)* **49**, 687–722.
- Lindert, P. H. (2010), 'The unequal lag in Latin American schooling since 1900: follow the money', *Revista de Historia Económica* **28**(02), 375–405.
- Maduro, P. (2007), Taxas de matrícula e gastos em educação no Brasil, Master's thesis, EPGE - Fundação Getúlio Vargas.
- Marques, A. E. S. (1991), Despesas governamentais com educação: 1986-1990, Technical report, IPEA, Rio de Janeiro.
- MEC (1985a), Governo João Figueiredo: Relatório da gestão setorial de educação, cultura e desporto, 1979-1985, Technical report, Brasília.
- MEC (1985b), *Retrato Brasil, 1970-1990*, MEC, Brasília.
- MEC (n.d.), *Sinopse Estatística do Ensino*, MEC, Brasília.
- Melchior, J. C. d. A. (1980), 'Financiamento da educação no brasil numa perspectiva democrática.', *Cadernos de Pesquisa* (34), 39–83.
- Mello e Souza, A. (1979), *Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil*, IPEA, Rio de Janeiro.
- Ministério da Fazenda (1941-), *Finanças do Brasil*, Technical report, Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro and Brasília.
- Negri, B. (1997), 'O financiamento da educação no brasil', *Série Documental: Textos para Discussão INEP* (1).

OECD (2019), PISA country note: Brazil, Technical report, OECD, Paris.

URL: https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CNBR_A.pdf

Plank, D. N. (1996), *The means of our salvation*, Westview Press, Boulder.

Ribeiro, S. C. (1991), 'A pedagogia da repetência', *Estudos avançados* 5(12), 07–21.

Schwartzman, S. (2004), The challenges of education in Brazil, *in* C. Brock & S. Schwartzman, eds, 'The Challenges of Education in Brazil', Symposium Books, Oxford, pp. 9–39.

STN (2013), Série histórica da consolidação das contas públicas, 2000-2012, Technical report, Ministério da Fazenda, Brasília.

Wjuniski, B. S. (2013), 'Education and development projects in Brazil (1932-2004)', *Revista de Economia Política* 33(1), 146–165.